

Participação da mulher regista avanços

Notícias, Política, 21.09.2021, Pág. 09, Ed. n.º 31.409



Mulheres discutem a sua participação na esfera política

A PARTICIPAÇÃO da mulher na vida política no país está a registar progressos, graças aos esforços do Governo visando alcançar as metas de igualdade de género.

Esta avaliação é da deputada Ana Rita Sithole, que falava ontem na capital, em representação da presidente da Assembleia da República, Esperança Bias, num encontro destinado a discutir os desafios e dinâmicas da participação política da mulher.

Na mesma ocasião, apelou à solidariedade com as famílias que abandonaram as suas casas, encontrando-se em locais de reassentamento, devido às acções terroristas na província de Cabo Delgado, afectam sobremaneira as crianças e mulheres.

Defendeu que este movimento de solidariedade deve continuar, mesmo com os avan-

ços das forças conjuntas que estão a culminar com a recuperação de áreas que tinham sido tomadas por grupos terroristas em Cabo Delgado.

Sithole apelou às mulheres presentes no evento para continuarem interventivas na sensibilização da sociedade para o cumprimento das medidas de prevenção e combate à pandemia da Covid-19. Sobre a participação política da mulher, a parlamentar afirmou que, historicamente, o país procurou garantir a não discriminação entre homens e mulheres, independentemente da esfera de actuação. Actualmente, Moçambique mantém firme esse compromisso, podendo-se afirmar que a questão do equilíbrio do género e participação política da mulher é assunto de interesse nacional.

“De facto, em Moçambique, as mulheres herdaram um papel

forte, resultante da nossa luta pela independência nacional, seguido pelo processo de democratização, sendo que nos dias que correm, o país tem uma das representações femininas mais elevadas em África e no mundo, a nível governamental e no Parlamento”, disse, acrescentando que a Assembleia da República, de um universo de 250 deputados, 103 são do sexo feminino, facto que revela um crescimento em relação à legislatura anterior (2015-2019) em que haviam 100 mulheres. Revelou que a província de Tete é a que maior representatividade feminina tem no Parlamento, com 12 mulheres dos seus 21 mandatos, seguida de Gaza com metade dos 22 lugares, e Maputo com nove dos 20 mandatos que detém.

Por seu turno, o director-executivo do Instituto para a Democracia Multipartidária

(IMD), Hermenegildo Mulhovo, disse que Moçambique ratificou acordos e convenções importantes no que diz respeito às questões do género. São disso exemplo a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e o Protocolo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento. Estes dispositivos estabelecem responsabilidades para que os Estados-membros tomem medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres na vida política e pública dos respectivos países.

Devem ainda assegurar as condições de igualdade com os homens e o direito a serem elegíveis para os órgãos públicos objectos de eleições, numa meta de sucesso de 50 por cento. No entanto, Hermenegildo Mulhovo apontou a necessidade de se reconhecer que, apesar da persistência de desafios no alcance das metas estabelecidas na luta pelo equilíbrio de género, sobretudo nos cargos de poder público, existem avanços encorajadores.

Detalhou que um levantamento realizado pelo IMD sobre a participação política das mulheres em instituições de representação democrática demonstra o aumento de número a nível da Assembleia da República e das assembleias locais, de cerca de 42 por cento e 30 por cento, respectivamente.

“Neste cenário, a luta pela conquista de mais espaço nos cargos decisórios traz consigo o desafio e a necessidade de maximizar a participação das mulheres que actualmente se encontram bem posicionadas na política para conferir mais qualidade aos processos governativos”, disse.